

ATA DA 64ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

DATA: 11/06/13

HORA: 9h30

LOCAL: Centro Tecnológico de Hidráulica, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária (USP), Butantã, São Paulo – SP

PARTICIPANTES:

Bruno Raniely - SABESP

Fernando Jordani Feliti – P.M Cajamar

João Cabrera Filho - FAESP

Lurdes Maria Torres da Silva Maluf – SMA

Mariza G. Prota – SSRH/SABESP

Miron Rodrigues da Cunha – CDPEMA

Ricardo Mangabeira – SSRH/CRHi

Ronaldo Sergio Vasques – FIESP

Vera Lucia Palla – SAA/CATI

COORDENAÇÃO:

Mariza G. Prota – SSRH/SABESP (suplente)

RELATORIA:

Fernando Jordani Feliti – P.M Cajamar – fernando.jordani.usp@gmail.com

PAUTA DA DISCUSSÃO:

1. Aprovação da ata anterior (28/05/13)
2. Finalização dos documentos sobre análise da minuta da Deliberação CBH-AP 166/12 e dos Fundamentos da Cobrança deste comitê
3. Continuação da análise do coeficiente x13

- 1 Primeiramente, em função da ausência justificada do coordenador Sr. Antonio Carlos Coronato,
- 2 a coordenação da CTCOB, na data em questão, ficou a cargo da Sra. Mariza G. Prota, suplente
- 3 do coordenador. Outras ausências também foram justificadas: Andre Elia (suplente presente),
- 4 Eduardo Fukano (FAESP), Fabricio G. Caldeiras (AGDS) Gilmar Mangueira (São Bernardo do
- 5 Campo) e Gilmar A. Feltrin (Bebedouro).

6 O primeiro item discutido na reunião foi acerca da aprovação da ata da reunião da CTCOB
7 realizada no dia 28/05/13. O Sr. Cabrera solicitou que fosse acrescentada na linha 4 a palavra
8 “pequena” a fim de evitar interpretações errôneas, ficando o texto final como “pequena
9 participação”. Na linha 18, a Sra. Mariza solicitou uma alteração no texto a fim de esclarecê-lo,
10 ficando o texto final como “a Sra. Mariza comentou que o parâmetro Cc não consta na tabela
11 5.21, conforme relatado no texto da página 126. Apesar do parâmetro não constar na tabela, são
12 apresentados valores de DBO e o item foi aprovado pelos membros da CTCOB”. Outra
13 alteração solicitada pela Sra. Mariza referiu-se a substituição do verbo “estabelecerem” por
14 “informarem” na linha 33. Após as alterações supracitadas a ata foi aprovada pela CTCOB.

15 O segundo item discutido na reunião foi a finalização dos documentos sobre a análise dos
16 Fundamentos da Cobrança e da minuta da Deliberação CBH-AP 166/12, enviados a todos do
17 grupo pelo Sr. Coronato. Solicitou-se que se alterasse o assunto do início do ofício para
18 “Parecer da CTCOB sobre o estudo de fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos
19 hídricos dos usuários urbanos e industriais nas Bacias Hidrográficas dos rios Aguapeí e Peixe e
20 da deliberação CBH-AP 166/12”. A Sra. Vera sugeriu que a planilha de Controle Interno de
21 Avaliação fosse encaminhada juntamente com a minuta, o que foi aceito pelos membros da
22 CTCOB. Decidiu-se que a planilha será encaminhada no formato PDF, em branco e preto. No
23 item II, deverá ser incluído que se deve “esclarecer sobre o cadastro no setor industrial”, como
24 consta na planilha. Em relação ao item VI, solicitou-se a necessidade de comentar a tabela 2.10
25 e 2.11 do estudo de fundamentação. Após o item “sugestão sobre a apresentação geral do
26 Relatório”, onde se lê “Deliberação” solicitou-se alterar para “A CTCOB também analisou a
27 Deliberação CBH-AP 166/12 e sugere as seguintes alterações:” Em relação ao estudo de
28 fundamentação, solicitou-se que na tabela 2.1 (pág. 17) seja corrigido o nome do município
29 “Independência” para “Nova Independência”. Por fim, o Sr. Cabrera sugeriu que a versão final
30 da minuta seja enviada aos membros da CTCOB para análise antes de encaminhá-la ao CRHi, o
31 que foi acatado pelos membros da câmara.

32 O último item discutido pelos membros da CTCOB referiu-se à continuação da discussão sobre
33 o coeficiente x13, especificamente no tocante a definição de seus limites e valores. Comentou-
34 se sobre a necessidade da Deliberação CRH 90 conter maiores detalhamentos a respeito dos
35 CBHs envolvidos em casos de transposição. O Sr. Ronaldo ponderou sobre casos de
36 transposição em que a UGRHI doadora possui água em abundância e a UGRHI receptora possui
37 situações de escassez de água e indagou se é necessariamente obrigatório que a UGRHI doadora
38 seja paga, visto que a transposição não afetará os seus usos. A Sra. Mariza apontou que, devido
39 ao princípio da lei da cobrança, a água é dotada de valor econômico e que, portanto deve-se
40 atrelar um valor ao bem. Em relação ao assunto, o Sr. Cabrera comentou que, se o usuário da
41 UGRHI doadora paga pelo uso da água, então os usuários da UGRHI receptora também
42 deveriam pagar.

43 O Sr. Miron sugeriu que sejam estabelecidos valores máximos e mínimos para o coeficiente x13
44 a fim de evitar problemas mercadológicos envolvendo a transposição. O Sr. Ronaldo
45 demonstrou preocupação acerca da adoção de valores para o x13 e sugeriu que no estudo de
46 fundamentação da cobrança seja detalhada a análise dos impactos sobre os usuários nas fases de
47 implantação e reajustes de valores, o que foi reforçado pela Sra. Mariza.

48 O Sr. Miron levantou que, se os valores da cobrança já estão aprovados por Decreto, como o
49 CRH poderia sugerir ao CBH que se adotasse um valor menor? A questão foi amplamente
50 discutida pelos membros da CTCOB e decidiu-se que é necessária consulta jurídica sobre esse
51 assunto. A questão será encaminhada a CTAJI e abordará duas questões: 1) Compete à CTCOB
52 definir limites para os valores do coeficiente x13?; e 2) Caso seja competência da CTCOB,
53 como proceder no caso em que os valores já estipulados por Decreto para alguma bacia não
54 forem compatíveis com os limites definidos pela CTCOB?

55 Por fim, a Sra. Mariza levantou alguns casos de âmbito federal como a Bacia do Rio Doce na
56 qual se adotou PPU progressivo. O Sr. Miron, baseado nos princípios de educação e
57 conscientização da cobrança pelo uso de recursos hídricos, questionou a progressividade da
58 cobrança, visto que a adoção de melhorias no sistema pelos usuários não impediria o aumento
59 do valor, dada a progressividade. O Sr. Ronaldo ressaltou que o foco da análise do x13 deve ser
60 estritamente estadual.

61 Por fim, o Sr. Cabrera sugeriu que a CTUM fosse convidada para integrar a discussão do
62 assunto. Decidiu-se que, para continuação da discussão sobre o coeficiente x13, é necessário
63 esperar a resposta da CTAJI.

64 Finalizada a reunião, a Sra. Mariza agradeceu a presença de todos, informou que a próxima
65 reunião ocorrerá no dia 25/06/13 para tratar da proposta de cobrança do CBH MP e, não
66 havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada.

Mariza G. Prota

Coordenadora suplente da CTCOB

(aprovada em 25/06/2013)

Fernando Jordani Feliti

Relator da CTCOB